

RICARDO CASTILHO

Acesso à Justiça

Tutela Coletiva de Direitos pelo Ministério Público: uma Nova Visão

EDITORA ATLAS S.A.

SÃO PAULO - 2006

Localização: 347.921.8

C352a

Código de barras: STJ00063911



<http://bdjur.stj.gov.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Castilho, Ricardo

Acesso à justiça : tutela coletiva de direitos pelo Ministério Público: uma nova visão/Ricardo Castilho. - São Paulo: Atlas, 2006.

Bibliografia.

ISBN 85-224-4411-0

1. Ação coletiva - Brasil 2. Acesso à justiça – Brasil 3. Ministério Público - Brasil 4. Tutela jurisdicional - Brasil I. Título.

06-3084 CDU-347.9:347.963(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: Acesso à justiça : Ministério Público : Tutela coletiva de direitos : Processo Civil 347.9:347.963(81)



Sumário

<i>Apresentação,</i>	xi
<i>Prefácio,</i>	xiii
1. Histórico,	1
2. Acesso à Justiça,	11
2.1 A defesa da ação coletiva,	11
2.2 A questão do acesso à Justiça,	12
3. Direitos,	31
3.1 Terminologia,	31
3.1.1 Interesse ou direito?,	32
3.1.2 A tipologia dos direitos,	36
3.1.2.1 A dicotomia público versus privado,	36
3.1.2.2 Interesse público,	39
3.1.2.3 Interesses transindividuais,	43
3.2 Os conceitos,	48
3.2.1 Direitos difusos,	50
3.2.2 Direitos coletivos <i>stricto sensu</i> ,	52
3.2.3 Direitos individuais homogêneos,	54
4. Condições da Ação nas Demandas Coletivas,	62
4.1 Conceito e histórico,	62
4.2 Possibilidade jurídica do pedido,	68
4.3 Interesse de agir,	69
4.4 Legitimidade ad causam,	73
5 Coisa Julgada nas Demandas Coletivas,	84
6 Ministério Público,	90
6.1 Histórico,	91
6.2 Origens e desenvolvimento do Ministério Público brasileiro,	91
6.3 O tratamento do Ministério Público na Constituição Federal de 1988,	93
6.4 A estrutura interna do Ministério Público,	98
7 As Ações para Defesa dos Direitos Transindividuais,	103
7.1 Ação popular,	103
7.2 Mandado de segurança coletivo,	111
7.3 Ação civil pública,	116



8 A Atuação do Ministério Público na Defesa dos Interesses Individuais Homogêneos,	125
8.1 O Ministério Público e a tutela coletiva de direitos,	125
8.2 O Ministério Público e a tutela de direitos individuais homogêneos,	129
8.3 Os posicionamentos da doutrina e da jurisprudência,	133
Conclusão,	172
Bibliografia,	179

